



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - [www.tre-ro.jus.br](http://www.tre-ro.jus.br)

**TERMO ADITIVO Nº 03 AO CONTRATO N. 08/2018.**

**TERMO ADITIVO N. 03 AO CONTRATO N. 08/2018**

**PROCESSO SEI N. [0001556-82.2017.6.22.8000](#)**

**PREGÃO ELETRONICO N. 18/2018**

**TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 08/2018 QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, ATRAVÉS DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA, E A EMPRESA J FECCHIO JUNIOR - ME, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DO SISTEMA DE CLIMATIZAÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE E DO DEPÓSITO DE URNAS (ANEXO II) DO TRE-RO, DA MARCA MITSUBISHI, DO TIPO EXPANSÃO DIRETA VRF-MULTI-SPLIT, COMPREENDENDO, TAMBÉM, O FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS DE CONSUMO NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E, DE FORMA EXCEPCIONAL, O FORNECIMENTO DE PEÇAS NECESSÁRIAS À MANUTENÇÃO CORRETIVA DOS EQUIPAMENTOS.**

A UNIÃO, por meio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**, inscrito no CNPJ sob o n. 04.565.735/0001-13, com sede na Avenida Presidente Dutra, 1889, Bairro Baixa União, CEP: 76.805-901, Município de Porto Velho, Estado de Rondônia, neste ato representado seu Presidente, **Desembargador MARCOS ALAOR DINIZ GRANGEIA**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº. 1010832 – TJ/RO e CPF nº. 001.875.388-40, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE** e, de outro, a empresa **J FECCHIO JUNIOR**, inscrita no CNPJ sob o n. 24.485.960/0001-57, com sede na Rua



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

México, n. 1785, Bairro Nova Porto Velho, Município de Porto Velho, Estado de Rondônia, CEP: 76820-152, Telefone: (69) 3219-2879 / 98466-0000, E-mail: [ventosul.ro@gmail.com](mailto:ventosul.ro@gmail.com), neste ato representada pelo Senhor **JOÃO FECCHIO JUNIOR**, brasileiro, empresário, portador da Carteira de Identidade RG nº 550817/SSP- RO e CPF nº 690.797.062-72, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, em conformidade com a Autorização constante na DECISÃO n. 190/2021(evento [0729515](#)), de 31/08/2021, celebram, mediante acordo entre as partes, o presente Termo Aditivo, ficando estabelecidas as seguintes cláusulas e condições:

### **DO OBJETO**

**(Artigo 55, I, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA PRIMEIRA** – O presente Termo Aditivo possui os seguintes objetos:

**Subcláusula Primeira - Registrar o 3º reajuste sobre o valor estimado dos serviços objeto do Contrato 08/2018 (evento [0301448](#)) no percentual de 6,76%** (seis inteiros e setenta e seis centésimos por cento), decorrente da variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, aferido no período de maio de 2020 a abril de 2021, com efeitos financeiros sobre o Contrato mencionado a partir de abril de 2021, conforme detalhamento abaixo:

<b>TABELA 1 - Reflexo Contratual pelo Reajuste 2020/2021</b>					
<b>VALOR DO CONTRATO ÚLTIMO REAJUSTE</b> (Apostila n. 01 <a href="#">0696316</a> ) <b>(A)</b>		<b>VALOR MENSAL</b> (Apostila n. 01 <a href="#">0696316</a> ) <b>(B)</b>	<b>IPCA APLICADO</b> <b>(0709807)</b> <b>(B)</b>	<b>VALOR DO CONTRATO ATUALIZADO</b> <b>(C) = (A)x(B)</b>	<b>VALOR MENSAL ATUALIZADO</b> <b>(D)=(C)/24</b>
<b>Serviço</b>	R\$ 478.616,	R\$	<b>6,76%</b>	R\$	<b>R\$ 21.290,47</b>

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

s	88	19.942,37		<b>510.971,38</b>	
<b>Peças</b>	R\$ 63.046,20*	R\$ 2.626,92	-	R\$ 63.046,20	R\$ 2.626,92
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 541.663,08</b>	<b>R\$ 22.569,29</b>		<b>R\$ 574.017,58</b>	<b>R\$ 23.917,39</b>

\*Valor Global estimado para eventual aquisição de peças, não representa uma importância mensal fixa ao contrato.

Fonte: Informação n. 119/2021-PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEMAP (evento [0719128](#) do Processo SEI respectivo).

a) O valor do impacto deste 3º reajuste é de **R\$ 32.354,50** decorrente do valor atualizado com este 3º reajuste (R\$ 574.017,58) menos o valor contratual anterior, conforme apostila n. 01 (R\$ 541.663,08).

**Subcláusula Segunda - Registrar o acréscimo contratual no percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor do Contrato n. 08/2018, correspondente ao valor de R\$ 29.590,38 (vinte e nove mil quinhentos e noventa reais e trinta e oito centavos), em razão dos serviços descritos no Anexo ASBUILT (evento [0629114](#)) e na Informação nº 119/2021/SEMAP (evento [0719128](#)), conforme detalhado abaixo:**

<b>TABELA 2 - Reflexo Contratual pelo Acréscimo já considerando aplicação do reajuste apurado em 2020/2021</b>						
<b>VALOR MENSAL ATUALIZADO Serviços (coluna D da Tabela 01) (A)</b>	<b>Toneladas de Refrigeração (TR) Contratado (B)</b>	<b>VALOR TR (C) =A/B</b>	<b>TRA ACRESCENTAR AO CONTRATO (<a href="#">0629535</a>) (D)</b>	<b>VALOR DO ACRÉSCIMO MENSAL (E)=(C)*(D)</b>	<b>*TOTAL DO ACRÉSCIMO NO RESTANTE DA VIGÊNCIA DO CONTRATO (F)=(E)*22</b>	<b>PERCENTUAL DE ACRÉSCIMO AO CONTRATO (G)=(F)/(C)**</b>
<b>R\$ 21.290,47</b>	504	R\$ 42,24	31,84	R\$ 1.345,02	R\$ 29.590,38	<b>5%</b>



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

\*Os efeitos começarão a contar do mês de agosto/2021. Portanto, restando 22 meses para o fim da vigência do contrato.

\*\* coluna (C) da tabela 1 - R\$ 574.017,58

Fonte: Informação n. 119/2021-PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEMAP (evento [0719128](#) do Processo SEI respectivo).

**a) TABELA 3: Valor estimado do Contrato com reajuste e acréscimo de serviços:**

<b>TABELA 3 - Reflexo Contratual (Reajuste 2020/2021 + Acréscimo)</b>				
<b>VALOR DO CONTRATO ATUALIZADO</b> (Tabela 01, coluna c)		<b>TOTAL DO ACRÉSCIMO NO RESTANTE DA VIGÊNCIA DO CONTRATO</b> (Tabela 02, coluna F)	<b>VALOR DO CONTRATO COM O REAJUSTE E O ACRÉSCIMO</b>	<b>VALOR MENSAL ATUALIZADO</b> (TAB 01, D + TAB 02, E)
<b>Serviços</b>	<b>R\$ 510.971,38</b>	<b>R\$ 29.590,38</b>	<b>R\$ 540.561,76</b>	<b>R\$ 22.635,49*</b>
<b>Peças</b>	<b>R\$ 63.046,20</b>	<b>-</b>	<b>R\$ 63.046,20</b>	<b>R\$ 2.626,92</b>
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 574.017,58</b>		<b>R\$ 603.607,96</b>	<b>R\$ 25.262,41*</b>

Fonte: Informação n. 119/2021-PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEMAP (evento [0719128](#) do Processo SEI respectivo).

**DO VALOR**

**(Artigo 55, III e V, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA SEGUNDA – O presente termo aditivo é no valor total estimado de R\$ 61.944,88 (sessenta e um mil e novecentos e quarenta e quatro reais e oitenta e oito centavos), que corresponde ao valor de impacto do 3º reajuste (R\$ 32.354,50) mais o valor de impacto do acréscimo contratual (R\$ 29.590,38).**



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**Subcláusula Primeira** – O valor total atualizado deste contrato, para fins de eventual cômputo do limite máximo de acréscimos e supressões permitidos legalmente (Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/93 e Acórdão TCU 749/2010 –Plenário), é de **R\$ 301.803,98** (trezentos e um mil oitocentos e três reais e noventa e oito centavos).

**Subcláusula Segunda** - Para fazer jus aos valores pretéritos, a Contratada deverá apresentar fatura complementar separadamente, contendo a diferença entre os valores anteriores e os valores atualizados com o presente reajuste.

**Subcláusula Terceira** - As despesas com a execução do presente aditivo serão suportadas mediante Nota de Empenho desta contratação, a ser reforçada, caso necessário.

### **DA GARANTIA**

**(Artigo 55, VI, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA TERCEIRA** – Em decorrência do reajuste e da prorrogação consoante Cláusula Primeira, a **CONTRATADA** deverá apresentar à **Administração do CONTRATANTE**, no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis contados da assinatura deste instrumento, prorrogação da garantia contratual no valor de R\$ 3.097,24** (três mil e noventa e sete reais e vinte e quatro centavos), correspondente ao percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor total deste aditivo, observadas todas as condições e prazos constantes no contrato originário (Cláusula Sexta) e na legislação referida (art. 56, § 2º, da Lei 8.666/93).

### **DO FUNDAMENTO LEGAL**

**(Artigo 55, XII, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA QUARTA** - O presente Termo Aditivo é celebrado com fundamento no artigo 40, XI, c/c o art. 55, III, da Lei n. 8.666/93 e na Cláusula Décima Quinta do Contrato nº 08/2018 (reajuste); e com fundamento no artigo 65, I, b e seu § 1º, ambos da Lei 8.666/93, c/c a Cláusula Décima, 44, assim como na Cláusula Décima Quarta, Subcláusula Segunda, todas do Contrato nº 08/2018 (acréscimo).



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**DA RATIFICAÇÃO**

**CLÁUSULA QUINTA** - Ficam ratificadas todas as cláusulas e condições estabelecidas no Contrato Originário que não tenham sido alteradas pelos aditivos e apostilas posteriores.

**DA PUBLICAÇÃO**

**(Artigo 61, Parágrafo único, da Lei 8666/93)**

**CLÁUSULA SEXTA** - O CONTRATANTE providenciará a publicação resumida do presente instrumento no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral de Rondônia e no Diário Oficial da União até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, na forma do Parágrafo único do Art. 61, da Lei n. 8.666/1993.

E assim, por estarem de acordo, ajustados e contratados, após lido e achado conforme, as partes a seguir firmam o Presente Termo Aditivo assinado através do Sistema Eletrônico de Informação - SEI, na presença das testemunhas abaixo.

Porto Velho/RO, 02 de setembro de 2021.

Desembargador <b>MARCOS ALAOR DINIZ GRANGEIA</b> Pelo Contratante	<b>JOÃO FECCHIO JUNIOR</b> Pela Contratada
Fábia Maria dos Santos Silva CPF: 567.849.102-49 Testemunha	Aldací Souza Mota CPF: 326.504.772-53 Testemunha

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**ANEXO I DO TERMO ADITIVO 03 AO CONTRATO 08/2018/TRE-RO**  
**HISTÓRICO DA CONTRATAÇÃO****Valor inicial do Contrato, mais valores e informações dos aditivos/apostilas:**

<b>Contrato/Aditivo/Apostila (Valores, objetos e datas de assinatura e de vigência)</b>	<b>Valor inicial do contrato e valor de cada aditivo/apostila</b>	<b>Percentual de acréscimo/supressão de aditivo/apostila em relação ao valor inicial do contrato (Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/93)</b>
Contrato n. 08/2018 (assinado em 20/06/2018) – Volume VI do PA (evento n. <a href="#">0301448</a> )  Vigência de 12 meses, a contar de 20/06/2018 até 20/06/2019.  Valor: R\$ 252.408,00  Garantia: R\$ 12.620,40	R\$ 252.408,00	-
1º Termo Aditivo (assinado em 18/06/2019) – Volume IX do PA (evento n. <a href="#">0425444</a> )  Prorrogação por mais 24 meses, a contar de 21/06/2019 até 20/06/2021 + Reajuste de 5.077%  Valor: R\$ 541.663,08  Garantia: R\$ 26.522,27	R\$ 530.445,50	-
Apostila n. 1, assinada em 01/06/2021 – Volume XI do PA (evento n. <a href="#">0696316</a> ).  Reajuste de 2,40% referente ao acumulado do IPCA em abril/2019 a abril/2020, com efeito a contar de abril/2020.	R\$ 11.217,58	-

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Valor que constou na apostila 1: R\$ 11.217,58. Garantia: R\$ 560,88.		
2º Termo Aditivo (assinado em 08/06/2021) – Volume XII do PA (evento n. <a href="#">0696317</a> ) Prorrogação por mais 24 meses, a contar de 21/06/2021 até 20/06/2023 Valor: R\$ 541.663,08 Garantia: R\$ 27.083,15	R\$ 541.663,08	-
3º Termo Aditivo (assinado em ____/09/2021) – Volume XIII do PA (evento n. <a href="#">0734449</a> ) I - Reajuste de 6,76% referente ao acumulado do IPCA em maio/2020 a abril/2021, com efeito a contar de abril/2021; e II – Acréscimo de 5%, em face dos serviços descritos no evento 0629114. Valor: R\$ 61.944,88 Garantia: R\$ 3.097,24.	R\$ 61.944,88	-

\*Eventuais divergências nas somas são decorrentes de arredondamento de casas decimais em cálculos envolvendo dízimas periódicas.

<b>VALOR ATUALIZADO DESTA CONTRATAÇÃO PARA FINS DE CÔMPUTO DE EVENTUAIS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES</b> – Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/93 e Acórdão TCU 749/2010 – Plenário.	R\$ 301.803,98
---	----------------

<b>PERCENTUAL TOTAL DE ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES JÁ REALIZADOS NESTA CONTRATAÇÃO, EM RELAÇÃO AO VALOR ATUALIZADO CONTRATO</b> – Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/93 e Acórdão TCU 749/2010 – Plenário.	0,00%
---	-------





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade  
Coordenadoria de Material e Patrimônio  
Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Alaor Diniz Grangeia, Presidente**, em 02/09/2021, às 16:36, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **JOÃO FECCHIO JUNIOR, Usuário Externo**, em 02/09/2021, às 17:19, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ALDACÍ SOUZA MOTA, Técnico Judiciário**, em 03/09/2021, às 08:05, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **FÁBIA MARIA DOS SANTOS SILVA, Chefe de Seção**, em 03/09/2021, às 10:07, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0734449** e o código CRC **2DE6B120**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA  
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - [www.tre-ro.jus.br](http://www.tre-ro.jus.br)

**INFORMAÇÃO Nº 119/2021 - PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEMAP**

**AO GABSAOFC.**

**À COSEG** para conhecimento da Sra. Coordenadora,

Assunto: Reajuste e Acréscimo do Contrato n. 08/2018 ([0301448](#)) - Prestação de serviço de manutenção preventiva e corretiva do sistema de climatização do edifício-sede e do Depósito de Urnas (Anexo II) do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, da marca



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Mitsubishi, do tipo Expansão Direta VRF-MULTI-SPLIT, com fornecimento de equipamentos e materiais de consumo necessários à execução dos serviços de manutenção preventiva e, de forma excepcional, o fornecimento de peças necessárias à manutenção corretiva dos equipamentos.

Senhor Secretário,

Primeiramente, no tocante ao **Rejuste** convém ressaltar as seguintes considerações:

Considerando que o reajuste contratual tem amparo nos artigos 40, inciso XI, e 55, inciso III, ambos da Lei nº 8.666/93;

Considerando a previsão contratual disposta na cláusula demonstrada abaixo, conforme redação alterada pelo Termo Aditivo n.01 ([0425444](#)) ao referido contrato:

...

**2. Alterar** a redação da Cláusula Décima Quinta (DO REAJUSTE) do Contrato nº 08/2018, que passará a constar a seguinte redação:

**Cláusula Décima Quinta** – Os preços dos serviços objeto do contrato, desde que observado o interregno mínimo de um ano, contado do orçamento da proposta - data limite para apresentação da proposta (art. 3º, § 1º da Lei nº 10.192/2001 e Acórdão TCU nº 19/2017 - Plenário) ou, nos reajustes subsequentes ao primeiro, contado da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido, deverão ser reajustados para preservar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato (art. 40, XI, c/c o art. 55, III, da Lei nº 8.666/93), adotando-se a variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, por ser mais compatível com a variação de preços do objeto licitado.

...

Considerando que o reajuste previsto se configura em obrigação, e não mera faculdade da Administração. Nesse sentido é o entendimento do Tribunal de Contas da União (TCU):

**DECISÃO TCU Nº 425/2002 – PLENÁRIO**

**13.2** É requerida pela empresa a modificação da expressão "poderá ser reajustada" por "será reajustada", (item 27 do edital, folha 86)



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

constando também a fórmula de reajuste correspondente.

...

**13.4** Entendemos procedente a solicitação, visto que a Lei n.º 8.666/93, em seu artigo 55, determina, não faculta, o reajustamento dos preços contratuais, sua periodicidade e o estabelecimento da fórmula utilizada para tal correção. Ou seja, a Administração tem a obrigação e não a faculdade de adotar os procedimentos mencionados. Desse modo, deve ser determinada a correção do edital."

....

O Tribunal Pleno, diante das razões expostas pelo Relator, DECIDE:

...

**8.2.** determinar ao DNER que, no contrato decorrente da Tomada de Preços n.º 034/2001, introduza, por meio de termo aditivo, as seguintes alterações, de modo a adequá-lo à legislação em vigor:

...

**b)** na cláusula referente a reajuste, substituir a expressão "poderá ser reajustada" por "será reajustada", em atendimento ao artigo 55, III, da Lei n. 8.666/93.

Considerando entendimento do TCU e da AGU que claramente responsabilizam a Administração pela **aplicação automática do reajuste** estrito senso nos contratos administrativos, de acordo com o texto do **Parecer nº 02/2016/CPLC/DEPCONSU/PGF/AGU**:

(...)

**39.** A automaticidade do reajuste significa, em outras palavras, que a sua concessão não demanda a prévia comprovação, pelo contratado, da alteração de cada um dos custos envolvidos na execução do contrato; ao revés, a ocorrência da variação de custos é presumida, e a sua correção se dá por meio da mera aplicação periódica aos preços contratados dos índices oficiais previamente estabelecidos em edital e contrato, consoante uma fórmula matemática prevista nesses instrumentos. Para tanto, há que se aferir, apenas, a variação acumulada do índice previsto nos 12 (doze) meses anteriores à data-base do reajuste.

(...)

**41.** O TCU, inclusive, já admitiu o caráter automático do reajuste em sentido estrito,



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**aduzindo que "A diferença entre repactuação e reajuste é que este é automático e deve ser realizado periodicamente, mediante a simples aplicação de um índice de preço, que deve, dentro do possível, refletir os custos setoriais. Naquela, embora haja periodicidade anual, não há automatismo, pois é necessária a demonstração da variação dos custos do serviço" (Acórdão nº 1374/2006- TCU - PLENÁRIO).**

**42. Nessa esteira, considera-se que, uma vez estabelecido em edital e pactuado entre as partes no âmbito do contrato administrativo, o reajuste deve ser automática e periodicamente realizado pela própria Administração contratante, e de ofício, não sendo exigível prévio requerimento ou solicitação por parte do contratado.**

**43. Trata-se, em realidade, do simples e regular cumprimento, pela Administração, da cláusula contratual que estabelece o reajuste por índices dos preços inicialmente contratados e em última análise, do próprio edital e da legislação de regência.**

(...)

Considerando, nesse mesmo sentido, entendimento da Assessoria Jurídica deste Tribunal a qual fez análise jurídica acerca do reajuste em sentido estrito e esclareceu que o reajuste previsto em cláusula contratual se dá de forma automática pela Administração, conforme PARECER JURÍDICO Nº 10 / 2021 - PRES/DG/AJDG ([0669328](#)), PARECER JURÍDICO Nº 22 / 2021 - PRES/DG/AJDG ([0678295](#)), PARECER JURÍDICO Nº 23 / 2021 - PRES/DG/AJDG ([0678332](#)) dentre outros;

Que o Termo Aditivo n. 01 ([0425444](#)) prorrogou o prazo de vigência do Contrato nº 08/2018 por mais 24 (vinte e quatro) meses, a contar de 21/06/2019 a 20/06/2021, além de registrar o 1º reajuste no percentual de 5.077%, decorrente da variação do Índice de Preços ao Consumidor Ampliado – IPCA apurado no período de maio de 2018 a maio de 2019;

Que a Apostila n. 01 ([0680639](#)) registrou o 2º reajuste no percentual de 2,40%, decorrente da variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, aferido no período de abril de 2019 a abril de 2020;



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Que o Termo Aditivo n. 02 ([0696317](#)) versou apenas acerca da prorrogação do prazo de vigência do supramencionado contrato por mais 24 (vinte e quatro) meses, a contar de 21/06/2021 a 20/06/2023;

Que o período apuratório **se refere ao de Maio de 2020 a Abril de 2021**, sendo o índice acumulado nos últimos doze meses a ser aplicado sobre o valor do contrato vigente corresponde a **6,76%, índice apurado pelo IBGE ([0709807](#))**;

Ademais, no que diz respeito ao **Acréscimo Contratual**, cabe salientar o que se segue:

Considerando que o TRE-RO acrescentou em suas instalações de condicionamento de ar 04 (quatro) equipamentos descritos no Anexo ASBUILT ([0629114](#));

Que os equipamentos adicionados têm rotinas de manutenção a serem incluídas no Plano de Manutenção, Operação e Controle regido pelo Contrato 08/2018;

Que é de fundamental importância para o TRE-RO a manutenção e pleno funcionamento dos equipamentos, uma vez que os mesmos são responsáveis pela refrigeração da sala do DATA CENTER;

Que as alterações contratuais estão vinculadas ao Contrato nº 08/2018 e ao Termo de Referência nº 06/2018, conforme parcialmente transcrito abaixo:

*Contrato 08/2018 ([0301448](#)):*

**DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL**

**(Artigo 65 e §§ da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA** - Este Contrato poderá ser alterado unilateralmente pela administração CONTRATANTE ou por acordo entre as partes nos casos previstos pelo art. 65 da Lei 8.666/93.

...

**Subcláusula Segunda** –A CONTRATADA se obriga a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, nos termos do § 1º, do art. 65, da lei 8.666/93, observado o descrito no item 8.11 do Termo de Referência.

...

**Subcláusula Sexta** –Havendo alteração unilateral do contrato que aumente os encargos



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

da CONTRATADA, a Administração deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial, nos termos do § 6º do art. 65 da Lei 8.666/93.

*Termo de Referência 06/2018 ([0258806](#)):*

### **8.11. DAS ALTERAÇÕES DO CONTRATO:**

O contrato pode sofrer alterações nas situações e limites definidos pelo art. 65 da Lei nº 8.666/93. **Para apuração dos percentuais de redução ou acréscimo do objeto será considerado o quantitativo de Toneladas de Refrigeração (TR), reduzida ou acrescida em relação à quantidade total do sistema, de 504 (quinhentas e quatro) de Toneladas de Refrigeração (TR) que compõe o objeto original, na forma definida pelo ANEXO III deste termo de referência.**

Que a memória de cálculo foi devidamente demonstrada, de acordo com o Ofício nº 3/2021- PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEMAP ([0707278](#)), sendo obtido o valor total de **R\$ 1.259,85 (um mil duzentos e cinquenta e nove reais e oitenta e cinco centavos)** a serem pagos mensalmente pela manutenção dos 04 (quatro) equipamentos adicionados ao sistema condicionador de AR do TRE-RO, logo o valor mensal do contrato, com o acréscimo acima especificado, montará **R\$ 21.202,22 (vinte e um mil duzentos e dois reais e vinte e dois centavos)**, valores da Apostila n. 01 ([0680639](#));

Que a Contratada foi consultada quanto ao interesse em realizar acréscimo contratual ao contrato nº 08/2018, conforme e-mail enviado ([0707322](#));

Que a Contratada manifestou concordância ao acréscimo contratual do Contrato nº 08/2018, segundo Ofício Nº 03/2021– VS/TRE ([0709404](#));

Portanto, a SEMAP informa da necessidade de autorização do acréscimo contratual nos termos mencionados, visto que a presente alteração contratual é de suma importância para atender à refrigeração da sala do DATA CENTER.

Por fim, demonstramos nas tabelas abaixo os reflexos do reajuste e acréscimo contratual:

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**TABELA 1 - Reflexo Contratual pelo Reajuste 2020/2021**

<b>VALOR DO CONTRATO ÚLTIMO REAJUSTE</b> (Apostila n. 01 <u>0696316</u> ) (A)	<b>VALOR MENSAL</b> (Apostila n. 01 <u>0696316</u> )		<b>IPCA APLICADO</b> ( <u>0709807</u> ) (B)	<b>VALOR DO CONTRATO ATUALIZADO</b> (C) = (A)x(B)	<b>VALOR MENSAL ATUALIZADO</b> (D)=(C)/24
<b>Serviços</b>	R\$ 478.616,88	R\$ 19.942,37	<b>6,76%</b>	<b>R\$ 510.971,38</b>	<b>R\$ 21.290,47</b>
<b>Peças</b>	R\$ 63.046,20*	<b>R\$ 2.626,92</b>	-	R\$ 63.046,20	R\$ 2.626,92
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 541.663,08</b>	<b>R\$ 22.569,29</b>		<b>R\$ 574.017,58</b>	<b>R\$ 23.917,39</b>

\*Valor Global estimado para eventual aquisição de peças, não representa uma importância mensal fixa ao contrato.

**TABELA 2 - Reflexo Contratual pelo Acréscimo já considerando aplicação do reajuste apurado em 2020/2021**

<b>VALOR MENSAL ATUALIZADO</b> <b>Serviços</b> (coluna D da Tabela 01) (A)	<b>Toneladas de Refrigeração (TR)</b> <b>Contratado</b> (B)	<b>VALOR TR</b> (C)=A/ B	<b>TR A ACRESCENTAR AO CONTRATO</b> ( <u>0629535</u> ) (D)	<b>VALOR DO ACRÉSCIMO MENSAL</b> (E)=(C)*(D)	<b>*TOTAL DO ACRÉSCIMO NO RESTANTE DA VIGÊNCIA DO CONTRATO</b> (F)=(E)*22	<b>PERCENTUAL DE ACRÉSCIMO AO CONTRATO</b> (G)=(F)/(C)**
<b>R\$ 21.290,47</b>	504	R\$ 42,24	31,84	R\$ 1.345,02	R\$ 29.590,38	<b>5%</b>

\*Os efeitos começarão a contar do mês de agosto/2021. Portanto, restando 22 meses para o fim da vigência do contrato.

\*\* coluna (C) da tabela 1 - R\$ 574.017,58

Na tabela abaixo consolidamos os reflexos do reajuste e do acréscimo de serviços:

**TABELA 3 - Reflexo Contratual (Reajuste 2020/2021 + Acréscimo)**

<b>VALOR DO CONTRATO ATUALIZADO</b> (Tabela 01, coluna c)	<b>TOTAL DO ACRÉSCIMO NO RESTANTE DA VIGÊNCIA DO CONTRATO</b> (Tabela 02, coluna F)	<b>VALOR DO CONTRATO COM O REAJUSTE E O ACRÉSCIMO</b>	<b>VALOR MENSAL ATUALIZADO</b> (TAB 01, D + TAB 02, E)
--	--	---	---





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

<b>Serviços</b>	<b>R\$ 510.971,38</b>	R\$ 29.590,38	R\$ 540.561,76	<b>R\$ 22.635,49*</b>
<b>Peças</b>	R\$ 63.046,20	-	R\$ 63.046,20	R\$ 2.626,92
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 574.017,58</b>		<b>R\$ 603.607,96</b>	<b>R\$ 25.262,41*</b>

Ademais, informamos que para o atual exercício **não haverá a necessidade de reforçar a disponibilidade orçamentária** para suportar o referido reajuste, a atual disponibilidade orçamentário tem saldo suficiente para 2021, diante disto, será utilizado R\$ 1.104,53 (um mil cento e quatro reais e cinquenta e três centavos) da referida disponibilidade para reforçar a nota de empenho 2021NE000181 (serviços), somado à PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - PRES/DG/SAOFC/COFC/SPOF ([0680424](#)).

Acerca da programação orçamentário para o exercício de 2022, apresentamos à COFC a tabela abaixo:

<b>TABELA 4 - PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA CONTRATUAL PARA 2022</b>				
<b>Exercício</b>	<b>Período</b>	<b>Quant Meses</b>	<b>Vlr Mensal Estimado Tabela 3 (A)</b>	<b>Valor a ser programado (C)=((A)*12)+(B))</b>
2022	Janeiro a Dezembro	12	R\$ 25.262,41*	R\$ 303.148,98
<b>TOTAL</b>				<b>R\$ 303.148,98</b>
*Valores sujeitos à atualização conforme IPCA, devido ao direito de reajuste garantido à contratada.				

Pelo exposto, encaminhamos para Vossa Senhoria apreciar a análise desta unidade gestora quanto à solicitação de reajuste e acréscimo da contratada e os reflexos desta previsão contratual ao valor da contratação.

Respeitosamente,



Documento assinado eletronicamente por **LEISSON DE SOUSA**

**CASTRO, Chefe de Seção**, em 26/07/2021, às 17:45, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0719128** e o código CRC **112669B9**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - [www.tre-ro.jus.br](http://www.tre-ro.jus.br)

PROCESSO: 0001556-82.2017.6.22.8000

INTERESSADO: SEÇÃO DE MANUTENÇÃO PREDIAL

ASSUNTO: Análise da aplicação de reajuste *strito sensu* no Contrato 08/2018/TRE/RO – Acréscimo contratual – Serviço de manutenção preventiva, corretiva e preditiva em elevadores de passageiros - Empresa Contratada: J FECCHIO JUNIOR.

### **PARECER JURÍDICO Nº 109 / 2021 - PRES/DG/AJDG**

#### **I – DO RELATÓRIO**

**01.** Trata-se de processo administrativo no qual, após regular processo licitatório, operou-se a contratação da empresa J FECCHIO JUNIOR, CNPJ nº 24.977.471/0001-15, para prestar serviços de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, do sistema de climatização instalados nos prédios edifício-sede e do Depósito de Urnas (Anexo II) do TRE-RO, localizados em Porto Velho-RO, dimensionada inicialmente para 12 (doze) meses, e recentemente prorrogado por mais 24 (vinte e quatro) meses, a contar de 21/06/2021 a 20/06/2023, consoante Contrato nº 08/2018 ([0301448](#)) e Termo Aditivo nº 02 ([0696317](#)), atualmente em execução.

**02.** Na Informação nº 119/2021-PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEMAP ([0719128](#)), a Seção de Manutenção Predial (SEMAP) comunica a incidência de reajuste pela variação do índice IPCA de referência no valor do contrato. A SEMAP ainda informa que o período em condições contratuais de reajuste **se refere ao de maio de 2020 a abril de 2021**, e que o índice acumulado nos últimos doze meses a ser



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

aplicado sobre o valor do contrato vigente é de **6,76%**, **índice apurado pelo IBGE (0709807)**. Informa, ainda, a necessidade de acréscimo contratual, correspondente a 5% do valor do contrato, em razão da adição de 4 (quatro) equipamentos em suas instalações de condicionamento de ar (descrita no anexo ASBUILT – 029114), responsáveis pela refrigeração da sala do DATA CENTER. Por fim, a unidade gestora destaca que para suportar as despesas com o referido reajuste no atual exercício e alteração contratual pretendida, **não haverá a necessidade de reforçar a disponibilidade orçamentária** para suportar o referido reajuste.

**03.** Ao ser consultada sobre o interesse em realizar o acréscimo contratual mencionado ([0707322](#)), a contratada responde positivamente, consoante Ofício nº 03/2021 – VS/TER ([0709404](#)).

**04.** Os autos foram recebidos pelo secretário de administração, orçamento, finanças e contabilidade, determinando, na oportunidade, a elaboração da minuta de Apostila contratual pela SECONT e a análise pela Assessoria Jurídica, conforme Despacho nº 1103/2021-PRES/DG/SAOFC/GABSAOFC ([0712759](#)).

**05.** Em seguida, a SECONT elaborou a minuta de termo aditivo juntada aos autos no evento [0719722](#), registrando no instrumento o índice de reajuste a ser aplicados bem como o registro do acréscimo contratual.

**06.** Assim instruídos, os autos foram encaminhados a esta Assessoria para análise e emissão de parecer jurídico, consoante Remessa 142 ([0719723](#)). **É o necessário relato.**

## **II – DA ANÁLISE JURÍDICA**

### **2.1 – DO REAJUSTE EM SENTIDO ESTRITO**

**07.** A pretensão da contratada tem amparo no **Art. 40, XI e Art. 55, III, ambos da Lei nº 8.666/93**, trata-se de **reajuste em sentido estrito**, o qual determina a estipulação de critérios periódicos de reajuste, por sua vez reproduzidos expressamente no Contrato Administrativo nº 08/2018. Veja-se:

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA** – Os preços dos serviços objeto do contrato, desde que observado o interregno mínimo de um ano, contado do orçamento da



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

proposta - **data limite para apresentação da proposta** (art. 3º, § 1º da Lei nº 10.192/2001 e Acórdão TCU nº 19/2017 - Plenário) ou, nos reajustes subsequentes ao primeiro, contado da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido, poderão ser reajustados para preservar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato (art. 40, XI, c/c o art. 55, III, da Lei nº 8.666/93), adotando-se a variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - **IPCA**, por ser mais compatível com a variação de preços do objeto licitado.

**08.** Segundo Marçal Justen Filho, o *“Reajuste consiste na indexação dos preços contratuais, submetendo-os a variação periódica e automática segundo a flutuação de índices predeterminados”*. Ou seja, o reajuste deve ser concedido de ofício pela Administração, quando completado o lapso de 12 meses a contar da data de apresentação da proposta ou da data-base da categoria profissional envolvida na execução do objeto.

**09.** O Manual de Licitações e Contratos do TCU – 4ª Edição, às fls. 704, assim orienta:

Para concessão de reajuste, o marco inicial conta-se **da data da apresentação da proposta** ou da data do orçamento a que a proposta se referir, conforme previsto no edital e no contrato, ou ainda do último reajustamento. (sem grifo no original)

**10.** Ademais, necessário se faz mencionar o entendimento da Segunda Câmara do Tribunal de Contas da União, com relação ao conceito do instituto em estudo, cuja transcrição segue anexo, *ipsi litteris*:

E necessário distinguir, portanto, os conceitos de reajuste e recomposição de preços. Sob um certo ângulo, esta última expressão indica gênero, de que aquela configura espécie. A recomposição de preços é o procedimento destinado a avaliar a ocorrência de evento que afeta a equação econômico-financeira do contrato e promove adequação das cláusulas contratuais aos parâmetros necessários para recompor o equilíbrio original. **Já o reajuste é procedimento automático, em que a recomposição se produz sempre que ocorra a variação de certos índices, independente de averiguação efetiva do desequilíbrio.** Já a recomposição pressupõe a apuração real dos fatos e exige comprovação acerca de todos os detalhes relacionados com a contratação e os fatos supervenientes a ela.

O que se afirmar é a garantia constitucional da manutenção do equilíbrio econômico financeiro do contrato administrativo. Deve reputar-se que, ocorrendo elevação de custos não retratada pelo índice de atualização ou de reajuste adotado contratualmente, o particular tem direito a recomposição de preços. **Acórdão 54/2002 Segunda Câmara (Voto do Ministro Relator)** (sem grifo no original)

**11.** A data limite para apresentação da proposta da empresa contratada J FECCHIO JUNIOR a este TRE/RO foi **18/04/2018**, conforme se verifica no Edital nº 18/2018 ([0281603](#)). O primeiro reajuste foi concedido no Termo Aditivo nº 01 ([0425444](#)) referente ao período de **maio de 2018 a maio 2019**, com efeitos financeiros sobre o Contrato mencionado a partir de 02 de maio de 2019.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**12.** Já quanto ao segundo reajuste concedido e registrado na Apostila nº 1 ao Contrato nº 8/2018 ([0696316](#)), esta AJDG para dirimir dúvida em relação ao período alcançado pelo reajuste referente ao período de **abril/2019 a abril de 2020**, solicitou, por diligência, esclarecimentos a SAOFC ([0667620](#)), considerando que no reajuste anterior o mês de abril foi incluído – maio 2018 a maio de 2019 ([0425444](#)). Em resposta nos foi confirmado pela SEMAP na Informação nº 27/2021 – PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEMAP ([0668406](#)) a ocorrência de erro material, sendo que o período apuratório utilizado no cálculo do 1º reajuste foi de abril de 2019 a abril de 2020.

**13.** Desta forma, considerando a data do 2º reajuste citado aplicado ao contrato em análise e que o **período apuratório se refere a maio de 2020 a abril de 2021**, a unidade SEMAP informa o índice acumulado nos últimos doze meses a ser aplicado sobre o valor do contrato vigente no percentual de **6,76%, índice apurado pelo IBGE ([0709807](#))**.

**14.** Vale repisar entendimento do TCU e da AGU, que claramente responsabilizam a administração pela aplicação automática do reajuste estrito senso nos contratos administrativos, vejamos novamente texto do **Parecer nº 02/2016/CPLC/DEPCONSU/PGF/AGU**:

(...)

**39.** A automaticidade do reajuste significa, em outras palavras, que a sua concessão não demanda a prévia comprovação, pelo contratado, da alteração de cada um dos custos envolvidos na execução do contrato; **ao revés, a ocorrência da variação de custos é presumida, e a sua correção se dá por meio da mera aplicação periódica aos preços contratados dos índices oficiais previamente estabelecidos em edital e contrato, consoante uma fórmula matemática prevista nesses instrumentos. Para tanto, há que se aferir, apenas, a variação acumulada do índice previsto nos 12 (doze) meses anteriores à data-base do reajuste.**

(...)

**41.** **O TCU, inclusive, já admitiu o caráter automático do reajuste em sentido estrito, aduzindo que "A diferença entre repactuação e reajuste é que este é automático e deve ser realizado periodicamente, mediante a simples aplicação de um índice de preço, que deve, dentro do possível, refletir os custos setoriais. Naquela, embora haja periodicidade anual, não há automatismo, pois é necessária a demonstração da variação dos custos do serviço" (Acórdão nº 1374/2006- TCU - PLENÁRIO).**

**42.** Nessa esteira, considera-se que, uma vez estabelecido em edital e pactuado entre as partes no âmbito do contrato administrativo, **o reajuste deve ser automática e periodicamente realizado pela própria Administração contratante, e de ofício, não sendo exigível prévio requerimento ou solicitação por parte do contratado.**

**43.** Trata-se, em realidade, do simples e regular cumprimento, pela Administração, da cláusula contratual que estabelece o reajuste por índices dos preços inicialmente contratados e em última análise, do próprio edital e da legislação de regência.

(...)



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**15.** Verifica-se que a pretensão do caso em comento está amparada legalmente, pois o reajuste com base no IPCA está previsto em cláusula contratual e obedece ao prazo mínimo ajustado, conforme informado pela unidade gestora da contratação. Portanto, com efeitos financeiros a partir do mês de abril/2021 com os novos valores reajustados, conforme informações inseridas no evento 0719128 e, para fazer jus aos valores pretéritos, a Contratada deverá apresentar fatura complementar separadamente, contendo a diferença entre os valores anteriores e os valores atualizados com o presente reajuste.

### **2.2 – DO ACRÉSCIMO CONTRATUAL**

**16.** A prerrogativa de alteração unilateral do contrato ora em análise é prevista no art. 65 da Lei nº 8.666/93, *in verbis*:

Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as **devidas justificativas**, nos seguintes casos:

I - **unilateralmente** pela Administração:

(...)

b) quando **necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo** ou diminuição **quantitativa** de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei;

(...)

§ 1º O contratado fica **obrigado** a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os **acréscimos** ou supressões que se fizerem nas obras, **serviços** ou compras, **até 25%** (vinte e cinco por cento) do **valor inicial atualizado do contrato**, e, no caso particular de reforma de edifício ou de equipamento, até o limite de 50% (cinquenta por cento) para os seus acréscimos. (sem grifo no original)

**17.** Tendo como lastro as informações prestadas pela unidade interessada e solicitante do acréscimo contratual na Informação nº 119/2021 - PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEMAP ([0719128](#)), a SEMAP justifica a necessidade de acrescer 31,84 toneladas de refrigeração (TR's) à quantidade total das 504 TR's abarcada pela contratação atual. Isso, por que ocorreu a adição de 4 equipamentos, com capacidade de 7,96 TR's, às instalações de condicionamento deste Tribunal que são responsáveis pela refrigeração da sala do DATA CENTER e que sua manutenção deve ser inclusa no Plano de Manutenção, Operação e Controle regido pelo Contrato 08/2018.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**18.** O valor do referido acréscimo foi dimensionado em **R\$ 29.590,38** (vinte e nove mil quinhentos e noventa reais e trinta e oito centavos), representando, portanto, **5%** (cinco por cento) do valor do contrato administrativo nº 8/2018, percentual esse que não ultrapassa o limite de 25% imposto pelo § 1º do art. 65 da lei 8.666/93.

**19.** Assim sendo, não se observa óbice legal para efetivação do reajuste contratual pelo IPCA e da modificação unilateral quantitativa instrumentalizada na minuta de Termo Aditivo nº 3 ao Contrato nº 8/2018, com valor total estimado de **R\$ 61.944,88** (sessenta e um mil novecentos e quarenta e quatro reais e oitenta e oito centavos), que corresponde ao valor de impacto do 3º reajuste (**R\$ 32.354,50** - trinta e dois mil trezentos e cinquenta e quatro reais e cinquenta centavos) mais o valor de impacto do acréscimo contratual (**R\$ 29.590,38** - vinte e nove mil quinhentos e noventa reais e trinta e oito centavos).

### **2.3 – DA ATUALIZAÇÃO DA GARANTIA**

**20.** O Contrato nº 08/2018 ([0301448](#)) estabeleceu a obrigação de a Empresa oferecer garantia contratual, nos seguintes termos, *in verbis*:

CLÁUSULA SEXTA – Para assegurar a plena execução deste Contrato e com fundamento nos termos do art. 56, § 2º, da Lei n. 8.666/93, a CONTRATADA deverá apresentar GARANTIA no valor de R\$ 12.620,40 (doze mil seiscentos e vinte reais e quarenta centavos), correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total deste instrumento contratual, nos moldes do art. 56 da Lei nº 8.666/93, com validade durante a execução deste Ajuste e 3 (três) meses após o término de sua vigência.

**21.** A Corte de Contas orienta no sentido de que: “**Se o objeto for acrescido ou suprido, a garantia deve ser atualizada em igual proporção**” (Manual de Licitações e Contratos 4ª Edição, revista, atualizada e ampliada, página 739). Diz, ainda, as deliberações do TCU:

O agente público que deixa de exigir da contratada a prestação das garantias contratuais, conforme previsto no art. 56 da Lei n. 8.666/1993, responde pelos prejuízos decorrentes de sua omissão, bem como às penas previstas nos arts. 57 e 58 da Lei n. 8.443/92. **Acórdão 859/2006 - Plenário (Sumário)** (sem grifo no original)

Mantenha atenta observação acerca da validade das garantias contratuais fornecidas pelos contratados, resguardando o direito da Administração caso necessite utilizá-las, em obediência ao art. 55, VI c/c art. 66, caput, da Lei n.8.666/1993. **Acórdão 265/2010 - Plenário**. (sem grifo no original)





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Exija, como condição necessária a assinatura de contratos e termos de aditamento, de comprovação de que tenham sido prestadas as garantias previstas no instrumento convocatório, na forma do art. 56 da Lei n. 8.666/1993. Acórdão 1573/2008 - Plenário. (sem grifo no original)

**22.** Nessa linha, deverá a contrata ser notificada para apresentar nova garantia correspondendo a 5% (cinco por cento) do novo patamar financeiro do contrato, dimensionada para a cobertura das obrigações, em cumprimento à obrigação imposta pela CLÁUSULA SEXTA do Ajuste.

### **2.4 – ANÁLISE DA MINUTA DO 1º TERMO ADITIVO**

**23.** Juntou-se aos autos minuta do 3º Termo Aditivo ao Contrato nº 08/2018 ([0719722](#)), a qual, sob o aspecto formal, encontra-se em conformidade com as regras da Lei nº 8.666/93, atendendo aos princípios e diretrizes que norteiam a sua aplicação, não havendo reparos a fazer nessa seara, estando apta, portanto, a produzir todos os efeitos jurídicos pretendidos pela Administração.

### **III – DA CONCLUSÃO**

**24.** Pelo exposto, com escopo nos elementos existentes nos autos, principalmente nas informações da unidade Gestora do Contrato (0719128), na linha dos fundamentos fáticos e jurídicos descritos neste parecer e, diante da comprovação da existência de recursos orçamentários para suporte das despesas no exercício corrente ([0719128](#)), esta Assessoria Jurídica opina:

a) pela possibilidade de a Administração **CONCEDER o reajuste** contratual no patamar de 6,76% (seis inteiros vírgula setenta e seis por cento) decorrente da variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, aferido no período de maio de 2020 a abril de 2021, com efeitos financeiros sobre o Contrato



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

mencionado a partir de abril de 2021, com artigo 40, XI, c/c o art. 55, III, da Lei nº 8.666/93 e na Cláusula Décima Quinta do Contrato nº 08/2018; e

b) pela possibilidade de a Administração **AUTORIZAR** o **acréscimo** pretendido com fundamento no artigo 65, I, b e seu § 1º, ambos da Lei 8.666/93, c/c a Cláusula Décima, 44, assim como na Cláusula Décima Quarta, Subcláusula Segunda, todas do Contrato originário.

**25.** Quanto à **minuta de Termo Aditivo Nº 03** juntada aos autos ([0719722](#)), para cumprimento do disposto no parágrafo único do art. 38 da Lei nº 8.666/93, esta Assessoria jurídica **APROVA** os seus termos.

**26.** Calha anotar, por fim, que esta unidade jurídica analisou apenas os **aspectos jurídicos do ato em discussão**, tendo excluído aqueles de índole material associados ao objeto, cálculos e índices, em razão da sabida falta de atribuição regimental para tanto.

À consideração da unidade competente.



Documento assinado eletronicamente por **MAIARA SALES DO CASAL**, **Analista Judiciário**, em 04/08/2021, às 14:37, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **MARISA LEONARDO DE ARAÚJO LIMA DA SILVA**, **Assessor Jurídico da Diretoria Geral**, em 04/08/2021, às 14:38, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0722358** e o código CRC **4A926CD3**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - [www.tre-ro.jus.br](http://www.tre-ro.jus.br)

PROCESSO: 0001556-82.2017.6.22.8000





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

INTERESSADO: J FECCHIO JUNIOR

ASSUNTO: Reajuste e prorrogação do Contrato nº 08/2018

**DECISÃO Nº 190 / 2021 - PRES/GABPRES**

Vistos.

Nos presentes autos eletrônicos, após regular processo licitatório, foi efetivada a contratação da empresa J FECCHIO JUNIOR, CNPJ nº 24.977.471/0001-15, para prestar serviços de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, do sistema de climatização instalados nos prédios edifício-sede e do Depósito de Urnas (Anexo II) do TRE-RO, localizados em Porto Velho-RO, dimensionada para **12 (doze) meses**, a partir de **20/06/2018**, conforme **Contrato Administrativo nº 08/2018 (0301448)**, atualmente em execução, com termo final em 20/06/2023, conforme anotado na Cláusula Primeira do Termo Aditivo n. 02 ([0696317](#)).

Na atual fase, os autos foram conclusos a esta Presidência para análise e deliberação acerca das seguintes proposições:

**a) autorização do reajuste do Contrato nº 08/2018**, no percentual de **6,76%** (seis inteiros e setenta e seis centésimos por cento) referente ao período de maio de 2020 a abril de 2021, com efeitos financeiros sobre o Contrato a partir de abril de 2021, tendo um impacto financeiro de **R\$ 32.354,50** (trinta e dois mil trezentos e cinquenta e quatro reais e cinquenta centavos), com fulcro no inc. III do art. 55 da Lei nº 8.666/1993 e ainda Cláusula Décima Quinta do Contrato Originário, conforme registrado na minuta do Termo Aditivo n. 03 ([0719722](#)), devidamente aprovada pela AJDG;

**b) autorização do acréscimo de 5% (cinco por cento)**, no valor de **R\$ 29.590,38** (vinte e nove mil quinhentos e noventa reais e trinta e oito centavos) ao Contrato n. 08/2018;

**c) pela atualização dos valores do Contrato nº. 8/2018 (0301448)**, fixando seu novo valor em **R\$ 603.607,96** (seiscentos e três mil seiscentos e sete reais e



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

noventa e seis centavos) devido ao impacto do reajuste e acréscimo aplicados, com fulcro no § 1º do art. 65 e inciso III do art. 55, ambos da Lei 8.666/93;

Compulsando os autos, verifico sua adequada instrução, bem assim, que os principais atos e documentos foram relatados nos pareceres e manifestações que integram o feito (eventos [0719128](#), [0722358](#), [0723039](#) e [0724432](#)).

Dessa feita, por razões de celeridade e economia processual, passo ao mérito.

Examinando a documentação que integra o feito, observa-se que a SEMAP consignou que o período em condições contratuais de reajuste **se refere ao de maio de 2020 a abril de 2021**, e que o índice acumulado nos últimos doze meses a ser aplicado sobre o valor do contrato vigente é de **6,76%, índice apurado pelo IBGE** ([0709807](#)).

Além disso, foi também registrada pela SEMAP a necessidade de acréscimo contratual, correspondente a 5% do valor do contrato, em razão da adição de 4 (quatro) equipamentos em suas instalações de condicionamento de ar (descrita no anexo ASBUILT – 029114), responsáveis pela refrigeração da sala do DATA CENTER. Por fim, a unidade gestora destaca que para suportar as despesas com o referido reajuste no atual exercício e alteração contratual pretendida, **não haverá a necessidade de reforçar a disponibilidade orçamentária** para suportar o referido reajuste.

A situação atual do contrato e seus aditivos encontram-se sinteticamente demonstrada no quadro abaixo:

<b>Prazo inicial de vigência</b>	<b>12 meses (com fim em 20/06/2021)</b>
Valor estimado do contrato	<b>R\$ 252.408,00</b> (duzentos e cinquenta e dois mil quatrocentos e oito reais)
1º Termo aditivo ( <a href="#">0425444</a> )	Termo Aditivo n. 1 ( <a href="#">0425444</a> ) com as seguintes alterações:  1. <b>Prorrogar</b> o prazo de vigência do Contrato nº



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	<p>08/2018 por mais 24 (vinte e quatro) meses, a contar de 21/06/2019 a 20/06/2021;</p> <p>2. <b>Alterar</b> a redação da Cláusula Décima Quinta (DO REAJUSTE) do Contrato nº 08/2018, que passará a constar a seguinte redação:</p> <p><b>Cláusula Décima Quinta</b> – Os preços dos serviços objeto do contrato, desde que observado o interregno mínimo de um ano, contado do orçamento da proposta - data limite para apresentação da proposta (art. 3º, § 1º da Lei nº 10.192/2001 e Acórdão TCU nº 19/2017 - Plenário) ou, nos reajustes subsequentes ao primeiro, contado da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido, deverão ser reajustados para preservar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato (art. 40, XI, c/c o art. 55, III, da Lei nº 8.666/93), adotando-se a variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, por ser mais compatível com a variação de preços do objeto licitado.</p> <p>3. <b>Excluir</b> a Subcláusula Primeira e a Subcláusula Segunda da Cláusula Décima Quinta (DO REAJUSTE) do Contrato nº 08/2018; e</p> <p>4. <b>Registrar</b> o reajuste de <b>5.077%</b> sobre o valor estimado dos serviços objeto do Contrato nº 08/2018, decorrente da variação do Índice de Preços ao Consumidor Ampliado – IPCA apurado no período de maio de 2018 a maio de 2019, com efeitos financeiros sobre o Contrato mencionado a partir de 02 de maio de 2019.</p> <p>Valor estimado do Termo Aditivo ao Contrato n. 08/2018 é de <b>R\$ 530.445,50</b> (quinhentos e trinta mil quatrocentos e quarenta e cinco reais e cinquenta centavos)</p>
2º Termo aditivo	<p>Prorrogar o prazo de vigência do Contrato nº 08/2018 (evento <a href="#">0301448</a>) por mais 24 (vinte e quatro) meses, a contar de <b>21/06/2021 a 20/06/2023</b>.</p>



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

No que diz respeito aos aspectos jurídicos, verifica-se que o reajuste proposto tem amparo no **Art. 40, XI** e **Art. 55, III, ambos da Lei nº 8.666/93**. *In casu*, trata-se de **reajuste em sentido estrito**, o qual determina a estipulação de critérios periódicos de reajuste, por sua vez reproduzidos expressamente no Contrato Administrativo nº 08/2018. Veja-se:

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA** – Os preços dos serviços objeto do contrato, desde que observado o interregno mínimo de um ano, contado do orçamento da proposta - **data limite para apresentação da proposta** (art. 3º, § 1º da Lei nº 10.192/2001 e Acórdão TCU nº 19/2017 - Plenário) ou, nos reajustes subsequentes ao primeiro, contado da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido, poderão ser reajustados para preservar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato (art. 40, XI, c/c o art. 55, III, da Lei nº 8.666/93), adotando-se a variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - **IPCA**, por ser mais compatível com a variação de preços do objeto licitado.

Como destacado pela Assessoria Jurídica da Diretoria-Geral no Parecer n. 109/2021 ([0722358](#)), a doutrina do professor Marçal Justen Filho assim preceitua: o ***“Reajuste consiste na indexação dos preços contratuais, submetendo-os a variação periódica e automática segundo a flutuação de índices predeterminados”***.

Nesse diapasão, também pode ser destacado o entendimento da Segunda Câmara do Tribunal de Contas da União, com relação ao conceito do instituto em estudo, cuja transcrição segue anexo, *in verbis*:

E necessário distinguir, portanto, os conceitos de reajuste e recomposição de preços. Sob um certo ângulo, esta última expressão indica gênero, de que aquela configura espécie. A recomposição de preços é o procedimento destinado a avaliar a ocorrência de evento que afeta a equação econômico-financeira do contrato e promove adequação das



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

cláusulas contratuais aos parâmetros necessários para recompor o equilíbrio original. **Já o reajuste é procedimento automático, em que a recomposição se produz sempre que ocorra a variação de certos índices, independente de averiguação efetiva do desequilíbrio.** Já a recomposição pressupõe a apuração real dos fatos e exige comprovação acerca de todos os detalhes relacionados com a contratação e os fatos supervenientes a ela.

O que se afirmar é a garantia constitucional da manutenção do equilíbrio econômico financeiro do contrato administrativo. Deve reputar-se que, ocorrendo elevação de custos não retratada pelo índice de atualização ou de reajuste adotado contratualmente, o particular tem direito a recomposição de preços. **Acórdão 54/2002 Segunda Câmara (Voto do Ministro Relator)** (sem grifo no original)

Com isso, tem-se que o reajuste deve ser concedido de ofício pela Administração, quando completado o lapso de 12 meses a contar da data de apresentação da proposta ou da data-base da categoria profissional envolvida na execução do objeto.

*In casu*, é possível observar que o primeiro reajuste foi concedido mediante o Termo Aditivo n. 01 ([0425444](#)), referente ao período de **maio de 2018 a maio 2019**, com efeitos financeiros sobre o Contrato mencionado a partir de 02 de maio de 2019.

Já o o segundo reajuste foi concedido e registrado por meio da Apostila nº 1 ao Contrato nº 8/2018 ([0696316](#)), com abrangência de **abril/2019 a abril de 2020**.

Vislumbrando possível de concomitância/inconsistência, a AJDG baixou os autos em diligência solicitando esclarecimentos a SAOFC ([0667620](#)), considerando que no reajuste anterior o mês de abril foi incluído – maio 2018 a maio de 2019 ([0425444](#)). Em resposta foi confirmado pela SEMAP na Informação nº 27/2021 – PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEMAP ([0668406](#)) a ocorrência de erro material, sendo que o período apuratório utilizado no cálculo do 1º reajuste foi de abril de 2019 a abril de 2020.

Desse modo, considerando a data do 2º reajuste citado aplicado ao contrato em análise e que o **período apuratório se refere a maio de 2020 a abril de 2021**, a unidade SEMAP informa o índice



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

acumulado nos últimos doze meses a ser aplicado sobre o valor do contrato vigente no percentual de **6,76%, índice apurado pelo IBGE (0709807)**.

Superado tal aspecto, passo a examinar a proposta de acréscimo contratual.

Sob a ótica jurídica, tem-se que a prerrogativa de alteração unilateral do contrato ora em análise é prevista no art. 65 da Lei nº 8.666/93, *in verbis*:

Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as **devidas justificativas**, nos seguintes casos:

I - **unilateralmente** pela Administração:

(...)

b) quando **necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa** de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei;

(...)

§ 1º O contratado fica **obrigado** a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os **acréscimos** ou supressões que se fizerem nas obras, **serviços** ou compras, **até 25%** (vinte e cinco por cento) do **valor inicial atualizado do contrato**, e, no caso particular de reforma de edifício ou de equipamento, até o limite de 50% (cinquenta por cento) para os seus acréscimos. (sem grifo no original)

De acordo com o apurado nos autos, em especial na Informação nº 119/2021 - PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEMAP ([0719128](#)), a SEMAP justifica a necessidade de acrescer 31,84 toneladas de refrigeração (TR's) à quantidade total das 504 TR's abarcada pela contratação atual, **tendo em vista a adição de 4 equipamentos, com capacidade de 7,96 TR's, às instalações de condicionamento deste Tribunal que são responsáveis pela refrigeração da sala do DATA CENTER** e que sua manutenção deve ser inclusa no Plano de Manutenção, Operação e Controle regido pelo Contrato 08/2018.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Por via reflexa, haverá necessidade de atualização dos valores do Contrato nº 08/2018 ([0301448](#)), fixando seu novo valor em **R\$ 301.803,98** (trezentos e um mil oitocentos e três reais e noventa e oito centavos), devido ao impacto do reajuste e do acréscimo aplicados.

Somado a isso, em cumprimento ao **item 5 da CLÁUSULA QUINTA** do contrato, **deverá a contratada apresentar fatura complementar** dos valores majorados pelo reajuste e, e em cumprimento à obrigação imposta pela Subcláusula Sexta da Cláusula Sexta do ajuste, proceder a atualização da garantia contratual correspondendo a 5% (cinco por cento) do novo patamar financeiro do contrato, dimensionada para a cobertura das obrigações.

Em tom de arremate, é importante consignar que, conforme informado pela SEMAP ([0719128](#)), **não há necessidade** de reforço ou suplementação para suportar o referido reajuste no presente exercício, em razão de que a atual disponibilidade orçamentária tem saldo suficiente para 2021, registrando-se somente que será utilizado R\$ 1.104,53 (um mil cento e quatro reais e cinquenta e três centavos) da referida disponibilidade para reforçar a nota de empenho 2021NE000181 (serviços), somado à PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - PRES/DG/SAOFC/COFC/SPOF ([0680424](#)).

Ante as informações coligadas, em especial as ponderações registradas pela SAOFC ([0723039](#)), AJDG ([0722358](#)) e Diretoria-Geral ([0724432](#)), decido:

**a) autorizar o reajuste do Contrato nº 08/2018**, no percentual de **6,76%** (seis inteiros e setenta e seis centésimos por cento) referente ao período de maio de 2020 a abril de 2021, com efeitos financeiros sobre o Contrato a partir de abril de 2021, tendo um impacto financeiro de **R\$ 32.354,50** (trinta e dois mil trezentos e cinquenta e quatro reais e cinquenta centavos), com fulcro no inc. III do art. 55 da Lei nº 8.666/1993 e ainda Cláusula Décima Quinta do Contrato Originário, conforme registrado na minuta do Termo Aditivo n. 03 ([0719722](#)), devidamente aprovada pela AJDG;

**b) autorizar o acréscimo de 5% (cinco por cento)**, no valor de **R\$ 29.590,38** (vinte e nove mil quinhentos e noventa reais e trinta e oito centavos) ao Contrato n. 08/2018;





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**c) determinar a atualização dos valores do Contrato nº. 8/2018 (0301448),** fixando seu novo valor em **R\$ 603.607,96** (seiscentos e três mil seiscentos e sete reais e noventa e seis centavos) devido ao impacto do reajuste e acréscimo aplicados, com fulcro no § 1º do art. 65 e inciso III do art. 55, ambos da Lei 8.666/93;

**d) determinar a notificação da Contratada** para complementação da garantia, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis a contar da assinatura do Termo Aditivo, no valor de **R\$ 3.097,24** (três mil e noventa e sete reais e vinte e quatro centavos), correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do presente reajuste, em uma das modalidades previstas no art. 56, § 1º, da Lei 8.666/93, e nos termos do art. 56, § 2º, da Lei 8.666/93 e da Cláusula Sexta do Contrato originário.

À Diretoria-Geral para as providências decorrentes desta  
Decisão.

Cumpra-se.

Porto Velho, 30 de agosto de 2021.

**Desembargador Marcos Alaor Diniz Grangeia**

Presidente



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Alaor Diniz Grangeia, Presidente**, em 31/08/2021, às 17:14, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0729515** e o código CRC **A2D39EDC**.